

ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2019
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Julio Garcia
Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Saúda os Bombeiros, Policiais Militares e Agentes Socioeducativos presentes no Plenário, e agradece aos deputados Mauro de Nadal, Coronel Mocellin e Maurício Eskudlark, aos funcionários da Casa e à Mesa Diretora pelo empenho na tramitação do Projeto de Lei que trata da prorrogação do contrato dos Agentes Socioeducativos que são ACTs. Enaltece o trabalho da categoria, dizendo que para o apenado ou interno não existe distinção entre agente concursado e ACT, todos representam o estado, e mesmo que parem de trabalhar na área,

quando encontrarem um ex-detento na rua, serão reconhecidos como agentes, sem distinção. Destaca que os mesmos são cientes dos dissabores da função, e que foi realizada grande justiça pelo governo estadual em prolongar por mais dois anos suas atividades na função, pois se fossem dispensados ocorreria um colapso no sistema. Ressalta que os profissionais possuem nível superior e pós-graduação, e a lei considera a nova política de contenção de gastos.

Aproveita a oportunidade para convidar todos os presentes e parlamentares para o Festival de Dança em Joinville, considerado o maior festival de dança do mundo.

Finaliza, parabenizando os agentes ACTs de várias regiões do estado, que por diversas vezes estiveram na Alesc, na Secretaria de Estado da Casa Civil, na Secretaria de Administração Penitenciária e Socioeducativa, pela luta travada para que todos pudessem permanecer por mais tempo nos seus cargos, trabalhando no sistema penitenciário.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Cumprimenta o deputado, dizendo que quando foi Secretária da Justiça e Cidadania também se conseguiu alongar o tempo do contrato dos Agentes Socioeducativos, porque se não tem concurso é preciso aproveitar os ACTs, que trabalham tanto quanto os concursados.

Deputado Coronel Mocellin (Aparteante) - Parabeniza as palavras do deputado, fala que a aprovação dos projetos é uma questão de justiça para a área Socioeducativa, também para os Policiais Militares e Bombeiros, pois agora é uma nova fase. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Cumprimenta os colegas da Segurança Pública presentes no Plenário. Discorre sobre projeto de lei que beneficia os cabos e sargentos, diz ser uma questão de justiça e espera a aprovação do

mesmo para que todos tenham direito à promoção. Declara apoio e admiração aos agentes públicos.

Comenta projeto de lei do deputado Marcius Machado, que aumenta a idade máxima para realização do concurso da Polícia, o que considera justo, tendo em vista o aumento da longevidade dos cidadãos. Informa, ainda, que foi aprovado projeto de lei modificando a altura mínima permitida para policiais homens e mulheres ao fazer concurso público, salientando que pouco importa o tamanho do agente, mas sim a competência dedicada à profissão.

Deseja boas-vindas aos funcionários ACTs do Sistema Socioeducativo, profissão de alto risco devido à relação próxima com os condenados. Garante valorizar os concursados, mas acredita que os ACTs devem ter seus contratos prorrogados, pelo ótimo serviço que prestam à sociedade.

Afirma estar trabalhando, junto ao governo do estado, para que policiais e bombeiros tenham seu direito à Iresa, gratificação adicional ou abono para o Regime Especial de Trabalho do Policial Civil, e que a mesma seja mantida em situações de afastamento por necessidade e por questão de saúde. Salaria que o direito à gratificação tem o apoio dos secretários e do governador Carlos Moisés.

Conclui, falando sobre a Reforma da Previdência, a qual considerou justa para a Segurança Pública. Defende a idade mínima diferenciada para a aposentadoria de policiais e demais agentes de segurança. Destaca o risco que o agente de segurança enfrenta, além de absorver o sofrimento das vítimas. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Cumprimenta os nobres colegas deputados, os policiais e agentes socioeducativos que se fazem presentes nas galerias da Casa para acompanhar a sessão, e acredita na aprovação do projeto que atende o pleito das categorias, na presente data.

Demonstra revolta com os atos de vandalismo que estão ocorrendo em Santa Catarina, mais precisamente em sua terra natal, Blumenau, que é

uma cidade ordeira. Faz exibição de vídeo, mostrando a atuação dos policiais para impedir que jovens, que muitas vezes são filhos de pais com boas condições financeiras, cometam pichações em prédios públicos. Entende que o cidadão por pagar impostos merece órgãos e locais públicos em boas condições, e considera falta de respeito depredar o patrimônio público.

Por isso, conclama os munícipes a fiscalizar e denunciar quem pratica vandalismo contra o patrimônio público. Entende que boas maneiras, respeito, enfim, educação básica é responsabilidade dos pais, e cabe à escola dar a instrução, o conhecimento.

Deputada Ana Campagnolo (Aparteante) - Compartilha o sentimento de revolta do deputado, concordando com a aplicação de medidas corretivas.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Defende que a cultura do amor deve começar na escola maternal e fundamental para haver menos violência.
[Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Demonstra satisfação com o impedimento da fusão entre Eletrosul e CGTEE.

Apresenta uma série de acontecimentos no telão, em ordem cronológica, sobre a trajetória e medidas para evitar a fusão da Eletrosul, são elas: reuniões com sindicato, discursos nas sessões, inauguração e ações da Frente Parlamentar, reunião com o ministro Onyx Lorenzoni, reunião com o Ministério Público Federal e, por fim, o comunicado oficial anunciando a permanência da Eletrosul em Santa Catarina. Encerra o tema, informando que a luta continua para que a empresa se mantenha pública, argumentando que água e luz devem ser administradas pelo estado.

Como educadora e presidente da comissão de Educação, comunica com tristeza sobre os recursos cortados na Educação. Apresenta gráficos, comparando dados sobre os investimentos federais

para bolsas, construção de creches, e destaca que para escolas integrais não houve investimento neste ano. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Traz à tribuna uma notícia preocupante anunciada pelo Ministério da Saúde, e exibida nos meios de comunicação, suspendendo 19 contratos de fabricantes de medicamentos de distribuição gratuita para portadores de câncer, diabetes e transplantes. Acrescenta que tal medida afetará mais de 30 milhões de pacientes no país, laboratórios públicos e oito detentores de tecnologia, considerando um retrocesso para o Brasil, prejuízo aos brasileiros, e indaga de quem é o interesse e por quê?

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Concorde com o deputado em relação ao prejuízo dos laboratórios, e acrescenta que a preocupação maior deve-se ao aumento de mortes provenientes da edição da referida medida, além de representar um retrocesso da Medicina e do Ministério da Saúde, e sugere às bancadas estaduais, federais e ao Senado a rejeição da edição do novo procedimento. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PSL

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Repercute a Moção nº 0334/2019, de sua autoria, em homenagem aos policiais militares Gerson Furtado Pereira e Christian da Silva Chiappeta, do 1º Batalhão de Itajaí, que, em ato de bravura, salvaram uma criança engasgada e desacordada, usando a técnica Heimlich de primeiros socorros em casos de emergência, e parabeniza os referidos policiais por relevante ação. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PV

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Comenta sobre a votação da PEC que suspende a cobrança de pedágios urbanos no estado, que acontecerá na sessão de quarta-feira, ressaltando que o Art. 128 da Constituição do Estado já proíbe a cobrança de qualquer espécie de pedágio em Santa Catarina, exceto os rodoviários. Também cita que a PEC simplesmente acrescenta a expressão: fica vetada a cobrança de pedágios urbanos de qualquer natureza.

Elenca municípios que abriram licitação, ou já têm licitação, ou mesmo que pretendem abrir para a cobrança da TPA, sendo eles Antônio Carlos, Celso Ramos, São Francisco do Sul, Laguna e mais recentemente Itapoá, isto é, pretendem instituir o pedágio urbano. Alerta que, quanto a essa cobrança, o Ministério Público diz que é inconstitucional, porque fere os princípios da livre locomoção entre as pessoas e da isonomia, pois quem lá reside não paga.

Diz que, ao votar a admissibilidade da PEC, pretende fazer um debate democrático do processo com a sociedade, que vai manifestar se quer a continuidade de tal taxa. Também demonstra surpresa com a presença de secretários pela Casa, pedindo para votar, rejeitar ou arquivar uma PEC, e acredita que o governador não deve saber que isto está acontecendo, pois a pauta não é do governo.

Sobre essa cobrança, traz a opinião do empresário catarinense Luciano Hang, que considera a taxa flagrantemente abusiva. O presidente Bolsonaro também pediu nas suas redes sociais que as pessoas denunciem práticas de cobrança de pedágios no Brasil, fazendo crítica às taxas ambientais em Fernando de Noronha e dizendo que o governo federal fará um enfrentamento a esta pauta, pois considera que isso afugenta o turista.

Apresenta pesquisa da Câmara de Vereadores de Bombinhas, onde a TPA é cobrada, quando 3.100 pessoas votaram, no site da Câmara, e 78% são contra a taxa. Pede que essas pessoas sejam ouvidas com o trâmite normal da PEC. Ressalta, ainda, que esta pauta é sua e já estava em sua campanha, e apela aos deputados para que votem

pela tramitação da matéria, e assim o assunto possa ser discutido com mais profundidade.
[Taquígrafa: Sara]

Partido: PDT

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Destaca que haverá uma importante votação na presente data, e exhibe vídeo, apresentando os benefícios que a Taxa de Preservação Ambiental trouxe para a cidade de Bombinhas. Argumenta que a aprovação da TPA pelos visitantes é de 89,62%, e pelos moradores é de 97,08%. Acrescenta que, no primeiro ano da TPA, a criminalidade reduziu em 43,7%. Comenta que os Órgãos de Segurança Pública apoiam a TPA, e cita dados favoráveis de investimentos no setor da saúde e saneamento básico.

Por fim, tece críticas ao deputado Ivan Naatz por apresentar dados que não são verdadeiros, desqualificando a TPA implementada em Bombinhas.
[Taquígrafa: Sara]

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Parabeniza a empresa Weg, que foi premiada pela 8ª vez como a Grande Empresa Catarinense da Indústria, e também o amigo e presidente da empresa, Harry Schmelzer Júnior, que foi eleito o empresário destaque na indústria pelo terceiro ano consecutivo.

Comenta que a cidade de Jaraguá do Sul tem um diferencial importante, com a participação da classe empresarial no desenvolvimento de vários setores no dia a dia da comunidade. Diz que como médico, desde 1984, na cidade, e são quase 35 anos, acompanha a participação decisiva dentro dos conselhos de administração dos hospitais filantrópicos do município, que não ganham nada do governo, vivem de promoções e da solidariedade de pessoas anônimas. Informa que, após o recesso, a Alesc irá homenagear as pessoas que mais se destacaram nos movimentos voluntários nos hospitais públicos. Ressalta o exemplo de várias empresas no estado, destacando a presença de muitos voluntários que fazem todo tipo de trabalho

nos hospitais da comunidade. Cita o exemplo do sr. Pedro Donini, que cedeu a sua casa como apoio para pessoas que vêm de fora e não têm condições de pagar um lugar para ficar, enquanto acompanham o seu parente que está em tratamento de saúde. Acrescenta que estas pessoas anônimas dão o coração, a sua vida, e merecem ser lembradas pelo seu trabalho.

Conclui, convidando todos os presentes e os deputados para participarem do evento que será realizado em agosto, pois elas merecem um abraço e o reconhecimento da sociedade. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: MDB

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Discorre sobre a segurança pública e os problemas referentes ao tema, como deficiência na quantidade do efetivo, da frota de veículos e equipamentos, peças fundamentais para a realização de um bom trabalho.

Registra que se reuniu com o secretário da Segurança pública, Coronel Araújo Gomes, a quem apresentou proposta pela implantação do Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Conta que a ideia pretende criar a possibilidade da conjugação de esforços do setor público e privado em favor do aparelhamento da Segurança Pública, tendo como foco a aquisição de armamentos, coletes balísticos, capacetes, materiais para resgates, radiocomunicadores, câmeras e centrais de videomonitoramento. Destaca que a sua proposta vai incentivar a criação de um banco de projetos ligados à área, que devem ser agregados nos comandos regionais e guarnições especiais, e somente após a aprovação dos colegiados passem a fazer parte dos planos passíveis de serem colocados em prática.

Salienta que onde há segurança crescem os investimentos, a comunidade vive melhor e os índices de educação e saúde melhoram, por consequência há redução também da criminalidade. Afirma que investir em segurança da forma que está

propondo, com projetos escolhidos pela sociedade, é uma boa ideia sob todos os ângulos. Ressalta que o seu projeto impede que empresários escolham determinada ação em benefício próprio, pois valerão apenas para proposições de interesse amplo da comunidade. Conclui, solicitando apoio aos colegas parlamentares. [Taquígrafa: Ana Maria]

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência consulta os senhores líderes da possibilidade de inverter a pauta, em respeito às pessoas que visitam a Alesc e interessadas nos PLCs n.s: 11/2019 e 19/2019.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, que altera a Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	abst
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim

DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 31 votos "sim", nenhum voto "não" e uma abstenção.

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2019, de origem do governador do estado, que altera a Lei Complementar n° 318, de 2006, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Coronel Mocellin, Maurício Eskudlark, Sargento Lima, Felipe Estevão, Dr. Vicente Caropreso, Paulinha, Neodi Saretta, Ivan Naatz, Valdir Cobalchini, Ismael dos Santos, Ricardo Alba, Nilso Berlanda, Ada De Luca e Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim

DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 34 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto.

Também, invertendo a pauta, em respeito àquelas pessoas que vieram prestigiar a nossa sessão, vamos colocar agora em votação o PL n. 0145/2019.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0145/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que proíbe a exploração do mineral denominado xisto no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e energia; e de Turismo e Meio Ambiente.

A votação será na forma do substitutivo global de fls. 73 do projeto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Fabiano da Luz.

Em votação.

Encaminharam a votação os srs. deputados: Valdir Cobalchini, Ricardo Alba, Luciane Carminatti, Dr. Vicente Caropreso, Sargento Lima, Paulinha, Ismael dos Santos, Laércio Schuster, Felipe Estevão, Padre Pedro Baldissera, Jair Miotto, Bruno Souza e Ada De Luca.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	não
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	abst
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim

DEPUTADO VOLNEI WEBER sim

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 31 votos "sim", dois votos "não" e uma abstenção.

Está aprovada matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0209/2019, de autoria do governador do estado, que altera o art. 4º da Lei Complementar nº 260, de 2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 21, §2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Encaminhou a votação da presente matéria o sr. deputado Coronel Mocelin.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - "Senhores deputados, nós temos ainda votação em segundo turno de Projetos de Lei Complementar. Por isso, peço a atenção e a permanência de todos para adiantar a Ordem do Dia de hoje, e amanhã possamos dar cabo à nossa pauta."

Continua em votação.

Na sequência, encaminharam a votação da matéria os srs. deputados Neodi Saretta, Maurício Eskudlark, Dr. Vicente Caropreso, Sargento Lima e Ada De Luca.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA sim

DEPUTADO ALTAIR SILVA sim

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO RICARDO ALBA	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0224/2019, de autoria da Comissão de

Constituição e Justiça, que altera o anexo único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina", para alterar a denominação do Instituto de Audição e Terapia da Linguagem, para Instituto de Audição, Terapias Integrativas e da Linguagem (IATEL), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0294/2017, de autoria do deputado Milton Hobus, que dispõe sobre o dever de informação ao consumidor acerca do direito de arrependimento, nos casos em que a contratação do fornecimento de produtos ou serviços é realizada fora do estabelecimento comercial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos Humanos; e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

A pedido do autor, a matéria foi retirada da pauta.

A Presidência, para permitir a votação em segundo turno dos PLCs votados anteriormente, encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para às 16h56, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.
[Taquígrafa: Elzamar] [Revisão: Taquígrafa Sara]